



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

GABARITO PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES ABAIXO!

01. A identificação do candidato dar-se-á mediante o número da inscrição, lançado em todas as páginas, pelo próprio candidato, na parte superior direita do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. Caderno de Provas, bem como, Caderno de Resposta e Gabarito sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.

02. No cartão GABARITO preencha o número de inscrição assinalando-o conforme modelo abaixo:

Exemplo: N° DE INSCRIÇÃO 17

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Exemplo: N° DE INSCRIÇÃO 173

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

03. Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:

- a) 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas;
- b) 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- c) 01 (um) tema para a Dissertação.

04. Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém:

- a) Folha de resposta com 03 (três) questões da Prova Subjetiva;
- b) Folha de resposta destinada à Dissertação do tema ali proposto; e
- c) Cartão “GABARITO” para marcar as questões de múltipla escolha, cada uma com 04 (quatro) alternativas.

05. Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.

06. Preencha o cartão “GABARITO” com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo integralmente o espaço correspondente à alternativa. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

07. As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser em letra legível.

08. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, tão pouco do CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”.

09. Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, considerar-se-á o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.

10. Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- a) Rasura do Gabarito;
- b) Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão;
- c) Marcação incorreta da resposta para a questão; e
- d) Ausência de qualquer marcação.

11. Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva e/ou dissertação:

- a) Escrita a LÁPIS no CADERNO DE RESPOSTAS (Serão consideradas apenas repostas à caneta). Respostas escritas no Caderno de Provas não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS;
- b) Sem oferta de resposta escrita (em branco); e
- c) Respondidas incorretamente.

12. O candidato não deve: riscar, rasurar, amassar, dobrar, sujar o CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”. A leitura ótica do cartão contendo o GABARITO poderá ficar prejudicada.

13. O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Questões Subjetivas e Dissertação) e do cartão “GABARITO”.

14. É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação “seca”, “comentada” ou “anotada”, doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).

15. Não será admitido ao candidato:

- a) A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógio, calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico;
- b) O uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos tiverem grau.

16. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

17. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

18. Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”. Após conferência, entregar ao fiscal e assinar a folha de presença, certificando a entrega.

19. O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para o candidato levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS, junto à Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, nº 710, São Pedro, nesta Capital, no horário das 9 às 12 e 14 às 17 horas. Após homologação do certame, tais documentos serão destruídos.

Boa Vista, 21 de setembro de 2014.

Deus os abençoe! Boa Prova!



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

GABARITO – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Considere as afirmações abaixo e assinale a assertiva **CORRETA**:

I - Os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, não se sujeitando a qualquer espécie de legislação especial até que atinjam a maioridade.

II - A embriaguez culposa exclui a imputabilidade penal.

III - O art. 26 do Código Penal adotou o critério biopsicológico para aferição da inimputabilidade, sendo necessária a demonstração de que o agente, ao tempo da ação ou omissão, em razão de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

IV - A emoção e a paixão não excluem a imputabilidade.

A) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

B) Apenas a assertiva IV está correta.

C) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

D) Todas as assertivas estão corretas.

2. “Tício” caminha por uma via pública com sua mãe quando esta, cardíaca, sente fortes dores no peito e desfalece. Pedindo socorro aos motoristas dos veículos que passam, “Tício” não é atendido. Notando um condutor que estaciona seu automóvel, “Tício” violentamente toma-lhe as chaves, colocando sua mãe no banco do passageiro, assume a direção do veículo e segue rumo a um hospital. A excludente de ilicitude aplicável ao caso **É**:

A) Legítima defesa.

B) Estado de necessidade.

C) Exercício regular de direito.

D) Estrito cumprimento de dever legal.

3. Nos termos do art. 43 do Código Penal, **NÃO** constitui pena restritiva de direitos:

A) Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

B) Prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas.

C) Prestação pecuniária.

D) Limitação de final de semana.

4. “Pedro”, após discussão com sua vizinha “Patrícia”, desfere golpes de faca contra ela com intenção de matá-la, atingindo-a. No entanto, arrependido, imediatamente a socorre ao hospital mais próximo, sendo “Patrícia” salva. Em vista do arrependimento eficaz, “Pedro”:

A) Responderá pelo crime inicialmente pretendido.

B) Responderá pelo crime inicialmente pretendido, com a redução atinente à tentativa.

C) Responderá apenas pelos atos já praticados.

D) Não responderá por nenhum crime, uma vez que “Patrícia” foi salva.



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

5. A REINCIDÊNCIA:

- A) Não prevalece se, entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior, tiver decorrido período de tempo superior a três anos.
- B) Ocorre quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País, o tenha condenado por qualquer infração penal anterior.
- C) Por crime culposo causa a revogação obrigatória da suspensão condicional da pena.

D) Deve ser considerada na segunda fase de fixação da pena, como circunstância agravante.

6. Um motorista de ônibus provocou acidente de trânsito, por imprudência, oportunidade em que faleceram três pessoas e dez ficaram feridas. Nessa hipótese **HÁ**:

A) Concurso formal de infrações.

B) Concurso material de infrações.

C) Crime continuado.

D) Erro na execução.

DIREITO CIVIL

7. Assinale a alternativa CORRETA:

A) As leis, por serem preceitos de ordem pública, ou seja, de observância obrigatória, sejam cogentes ou dispositivas, tem força coercitiva e não podem ser derogadas por convenção entre as partes.

B) A noção de coisa julgada prevista na LICC (Lei de Introdução ao Código Civil) refere-se à imutabilidade da decisão judicial somente quando ultrapassado o prazo decadencial para a propositura de ação rescisória.

C) A derrogação é a supressão total da lei.

D) Salvo disposição específica em contrário, o sistema jurídico brasileiro não admite a repristinação.

8. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) Admite-se a emancipação de um incapaz com dezesseis anos completos, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, sendo que, logo após o ato, deve ser promovida averbação em registro público do instrumento que concedeu a emancipação.

B) A capacidade é a medida da personalidade, sendo que para uns a capacidade é plena e para outro, limitada.

C) Personalidade jurídica é a potencialidade de a pessoa adquirir direitos ou contrair obrigações na ordem civil.

D) De acordo com o Código Civil atual, são absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

9. Assinale a alternativa CORRETA:

A) O domicílio civil é formado pelo elemento objetivo, que consiste na residência, sendo despidendo averiguar-se o elemento subjetivo.

B) Dispõe o art. 78 do Código Civil que “nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes”. A disposição diz respeito ao domicílio legal.

C) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados. Já para a pessoa natural domicílio é o lugar onde está estabelecida a sua residência com ânimo definitivo. Se a pessoa não tiver residência habitual, ter-se-á por domicílio o lugar onde for encontrada.

D) Considera-se domicílio do preso o lugar onde estabeleceu sua última residência.



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

10. Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

B) A renunciabilidade é uma das diferenças fundamentais entre a prescrição e a decadência. Enquanto a renúncia pode ocorrer em relação à prescrição, ela é vetada em relação à decadência fixada em lei.

C) A prescrição só pode ser alegada, pela parte a quem aproveita, antes de ser proferida sentença de mérito na ação em que deve ser ela argüida.

D) A prescrição só pode ser alegada pelo próprio titular do direito em via de ser por ela atingido.

11. São característica do casamento, **EXCETO**:

A) Não-condicionalidade: não se admite condição ou termo em qualquer negócio jurídico de Direito de Família.

B) Monogamia: obrigação de fidelidade entre os cônjuges.

C) Dissolubilidade: permite-se que o casamento seja dissolvido pelo divórcio.

D) União heterossexual: o Brasil reconhece apenas o casamento entre pessoas de sexos opostos.

12. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) João e Maria são casados pelo regime da comunhão universal e nunca tiveram filhos. Ao tempo de sua morte, em 2009, ele tinha adquirido um patrimônio avaliado em 1 milhão de reais. Além de sua esposa, deixou sua mãe e os avós paternos. Assim, além da meação, Maria terá metade da herança, ficando a outra metade somente para a mãe do morto.

B) O direito hereditário do companheiro restringe-se aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, resguardado direito real de habitação.

C) O credor que se sentir prejudicado pela renúncia do herdeiro poderá, mediante autorização do juiz, aceitar a herança em nome do renunciante. Quitadas as dívidas do renunciante e se houver saldo, prevalece a renúncia quanto ao remanescente, que será devolvido aos demais herdeiros.

D) Havendo herdeiros legítimos, o autor da herança poderá dispor por testamento da metade de seu patrimônio, a chamada parte disponível, pois a outra parte, a legítima, será necessariamente entregue a esses herdeiros, desde que não haja cláusula testamentária de deserção.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Conforme previsão expressa no Código de Processo Penal, a denúncia ou a queixa contera a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas.

B) O Ministério Público poderá, observando critérios de oportunidade e conveniência, desistir da ação penal.

C) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

D) De acordo com o Código de Processo Penal, o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

14. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Em relação ao procedimento dos processos de competência do Tribunal do Júri, logo no início dos debates será concedida a palavra ao assistente de acusação, que falará antes do Promotor de Justiça.
- B) Eventual inexistência de interveniência do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada (crime de ação pública) não é expressamente prevista como causa de nulidade do processo.
- C) O Código de Processo Penal prevê expressamente que o Ministério Público não pode desistir de recurso que haja interposto.**
- D) O Código de Processo Penal dispõe, como regra geral, prazo de 15 (quinze) dias para interposição de qualquer espécie de recurso.

15. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O procedimento previsto na Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas) é idêntico ao procedimento comum ordinário previsto no Código de Processo Penal.**
- B) A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada.
- C) O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevieram razões que a justifiquem.
- D) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

16. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.**
- B) O fundamento garantia da ordem pública é o único possível para que se possa decretar a prisão preventiva do acusado durante a instrução do processo.
- C) A monitoração eletrônica não é espécie de medida cautelar diversa da prisão.
- D) A decisão que decretar a prisão preventiva apenas poderá ser impugnada judicialmente pela via do *habeas corpus*.

17. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O interrogatório do acusado em juízo será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.
- B) O processo será imediatamente suspenso nos casos em que o acusado, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar novo endereço ao juízo.**
- C) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- D) De acordo com o Código de Processo Penal, considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Conforme previsão expressa no Código de Processo Civil, para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.
- B) O dever de não formular pretensões, muito menos alegar defesa, ciente de que são destituídas de fundamento, não encontra previsão expressa no Código de Processo Civil, sendo apenas mencionado pela doutrina e parte da jurisprudência.**
- C) Será considerado litigante de má-fê aquele que usar o processo para conseguir objetivo ilegal.
- D) Responderá por perdas e danos aquele que pleitear de má-fê como autor, réu ou interveniente.

19. Assinale a alternativa CORRETA:



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

A) Não há se falar em suspeição de parcialidade do Juiz quando amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

B) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.

C) Conforme dispõe o Código de Processo Civil, intimação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou interessado a fim de se defender.

D) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que deu causa.

20. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Conforme previsão expressa no Código de Processo Civil, o Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.

B) De acordo com o Código de Processo Civil, quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação, sob pena de nulidade do processo.

C) Não compete ao Ministério Público intervir nas causas concernentes ao estado da pessoa, tampouco naquelas em que há o interesse de incapazes.

D) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público poderá juntar documentos e certidões, produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.

21. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

B) Suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.

C) Haverá resolução de mérito quando o réu reconhecer a procedência do pedido.

D) O pedido deve ser sempre certo ou determinado, vedando o Código de Processo Civil, expressamente, qualquer possibilidade de pedido genérico.

22. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) De acordo com o princípio da inafastabilidade da jurisdição, os fatos, ainda que notórios, dependem de prova.

B) Há confissão, quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário. A confissão pode ser judicial ou extrajudicial.

C) O Código de Processo Civil afirma denominar-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

D) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Sobre o controle de constitucionalidade é **INCORRETO** afirmar:

A) O STF, no controle abstrato de constitucionalidade, não está adstrito ao pedido formulado na inicial, podendo, inclusive, fazer uma interpretação conforme a Constituição, a despeito de expresso requerimento pela declaração de invalidade da norma.

B) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

C) Ofende a Constituição da República norma de Constituição Estadual que atribui legitimidade para a propositura de representação de inconstitucionalidade aos Deputados Estaduais e ao Procurador-Geral do Estado.

D) Caberá ao Senado Federal suspender a execução da lei, total ou parcialmente, conforme o caso, desde que a decisão do Supremo Tribunal Federal seja definitiva.

24. Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Nos termos da Constituição Federal, a criação de uma associação depende de autorização do poder público, mas só pode ter suas atividades suspensas por decisão judicial.

B) O crime de racismo não está sujeito a prazo extintivo de prescrição.

C) A prisão em quarto de hotel obedecendo a mandado judicial pode se dar no período noturno.

D) O particular não pode figurar no polo passivo da ação de habeas corpus.

25. Quanto a organização do Estado e repartição de competências, à luz da Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar:

A) Nas competências legislativas concorrentes, a União deve legislar sobre normas gerais e o Estado pode editar normas suplementares, mas enquanto inexistir lei federal, a competência do Estado é plena. A superveniência de lei geral nacional suspende a eficácia das disposições contrárias da lei dos Estados.

B) A competência para legislar sobre direito urbanístico é privativa dos Municípios, pois é matéria de interesse local.

C) O desmembramento de Estado deve ser precedido de autorização por lei ordinária.

D) O município será regido por Lei Orgânica própria, votada pela Assembleia Legislativa Estadual.

26. Em relação ao Ministério Público e seus membros é **INCORRETO** afirmar:

A) Os membros do Ministério Público gozam de vitaliciedade, após dois anos de exercício, e só perderão o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

B) De acordo com a Constituição Federal, compete ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial.

C) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.

D) Um dos princípios institucionais do Ministério Público é a indivisibilidade, sendo vedada a substituição de seus membros nos processos que officiam.



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

27. Nos termos da Constituição é **CORRETO** afirmar:

A) Os direitos e deveres, no âmbito da sociedade conjugal, são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

B) Apenas o casamento civil gera direitos e obrigações de natureza jurídica.

C) Casamento religioso terá efeitos civis, se os nubentes forem batizados segundo os respectivos credos e disso fizerem prova, antes da celebração, perante a autoridade temporal.

D) Considera-se estável, para efeito de proteção do Estado, somente a união entre o homem e a mulher de que resulte filiação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Os princípios que regem a Administração Pública, previstos expressamente na Constituição da República, **SÃO**:

A) Princípios da legalidade, da impessoalidade, da finalidade, da publicidade e eficiência.

B) Princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da supremacia do interesse público e da razoabilidade.

C) Princípios da legalidade, da indisponibilidade do interesse público, moralidade, publicidade e eficiência.

D) Princípios da legalidade, publicidade, eficiência, impessoalidade e moralidade.

29. É dispensável a licitação, **EXCETO**:

A) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

B) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

C) Quando houver inviabilidade de competição.

D) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

30. Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A criação de Secretarias de Estado, órgãos da administração direta, desprovidos de personalidade jurídica, são exemplos de descentralização administrativa.

B) O direito de greve é garantido aos servidores públicos pela Constituição Federal, exceto para aqueles que ainda se encontrem no período de estágio probatório.

C) A falta de defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar é causa de nulidade, por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

D) A responsabilidade civil do Estado é de natureza objetiva, o que significa dizer que independe da prova de dolo ou culpa do agente público, mas não abrange danos causados exclusivamente por caso fortuito ou força maior.

31. Analise os itens abaixo:

I - O nepotismo constitui prática atentatória aos princípios da moralidade e da impessoalidade, e sua vedação no âmbito da Administração Pública prescinde de lei formal para dar-lhe concretude.



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

II - São características do regime jurídico ao qual estão submetidos os bens públicos a sua inalienabilidade, a sua impenhorabilidade e a sua imprescritibilidade.

III - O motivo constitui elemento do ato administrativo, consistindo no resultado que a Administração Pública quer alcançar.

IV - O mandado de segurança constitui remédio específico instituído pela Constituição da República, destinado à proteção de direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, ainda que o responsável pela ilegalidade seja agente de pessoa jurídica de direito privado que não exerce atribuições do Poder Público.

Com base nas assertivas acima, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Todos os itens estão corretos.

B) Os itens I e II estão corretos.

C) Apenas o item III está correto.

D) Apenas o item IV está correto.

32. O atributo que autoriza o Poder Público a editar atos administrativos cogentes, dispensando a anuência dos administrados cujos interesses serão atingidos, **É DENOMINADO**:

A) Imperatividade.

B) Autoexecutoriedade.

C) Exigibilidade.

D) Presunção de veracidade.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente é **CORRETO** afirmar que:

A) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e, no máximo e excepcionalmente, vinte e um anos de idade.

B) A Autoridade Policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente que deixar de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, responderá por crime com pena de detenção de seis meses a dois anos.

C) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará na imediata destituição do poder familiar, independentemente do tipo de crime ou pena.

D) Constituem Medidas Sócio-Educativas aplicáveis quando da prática de ato infracional por criança e adolescente, entre outras: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e colocação em família substituta.

34. Para a Lei 8.429, de 02/06/1992, **NÃO** está **CORRETO** dizer que:

A) Constitui ato de improbidade adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

B) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

C) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

D) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará facultativamente como fiscal da lei.



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

35. O Código de Defesa do Consumidor dispõe que para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com alguns instrumentos. Dentre os abaixo relacionados, marque o que **NÃO** é **VERDADEIRO**:

A) A Assistência jurídica, integral e gratuita para todo e qualquer consumidor.

B) Instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor.

C) Criação de Delegacias de Polícia Especializadas.

D) Criação de Juizados Especiais e Varas Especializadas.

36. Sobre o Estatuto do Idoso, leia os itens abaixo e marque o **CORRETO**:

A) É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade, exceto para idosos com mais de 90 anos, cuja diferença não poderá ultrapassar 10% dos valores praticados.

B) O Estatuto do Idoso regula os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

C) O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções e mediante autorização judicial, sempre terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.

D) Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente, entre outros: o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil.

37. O Decreto Federal nº 3.298/99 garante o acesso à educação pela pessoa portadora de necessidades especiais. A respeito do assunto, considere as assertivas abaixo e assinale a **CORRETA**:

A) Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta viabilizarão o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a cinco anos.

B) As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

C) A educação do aluno com deficiência deverá se iniciar a partir de sete anos de idade completos.

D) As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico à pessoa portadora de deficiência, condicionando a matrícula tanto à sua capacidade de aproveitamento como ao seu nível de escolaridade.

38. Marque a opção **CORRETA** a respeito dos crimes contra o meio ambiente:

A) Se o agente destrói ou danifica culposamente floresta considerada de preservação permanente, o juiz pode deixar de aplicar a pena.

B) É proibido fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano, exceto em épocas de festejo junino e com fiscalização da autoridade competente.

C) Não é crime o abate de animal quando realizado para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, independentemente de autorização pela autoridade competente.

D) É causa de aumento de pena a prática de crimes contra a flora no período de queda das sementes ou durante a noite.



**IX PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. Analise as seguintes assertivas:

I - A Corregedoria-Geral e as Promotorias de Justiça são órgão da Administração Superior do Ministério Público.

II - O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Governador do Estado, dentre os Procuradores de Justiça em exercício, indicados em lista triplíce por todos os integrantes da carreira, para mandato de dois anos, sem direito à recondução.

III - Compete ao Colégio de Procuradores dar posse e exercício ao Procurador-Geral de Justiça, aos membros do Conselho Superior e ao Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Estão **CORRETAS**:

A) Os itens I e II.

B) Os itens I e III.

C) Somente o item II.

D) Somente o item III.

40. Quanto aos estagiários do Ministério Público é **CORRETO** afirmar:

A) O estagiário pode exercer outro estágio concomitantemente ao do Ministério Público, desde que seja em um órgão do poder judiciário e em horário compatível.

B) O afastamento do serviço para prestação de exames não precisa ser previamente comunicado, porém, as horas deverão ser compensadas posteriormente pelo estagiário.

C) Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público apreciar a idoneidade e a capacidade dos candidatos, fazendo a indicação dos nomes para a designação de acordo com a ordem de classificação no concurso.

D) Será permitido ao estagiário acompanhar e auxiliar os Promotores de Justiça nas sessões do Júri apenas depois de decorridos seis meses do estágio.